

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

5



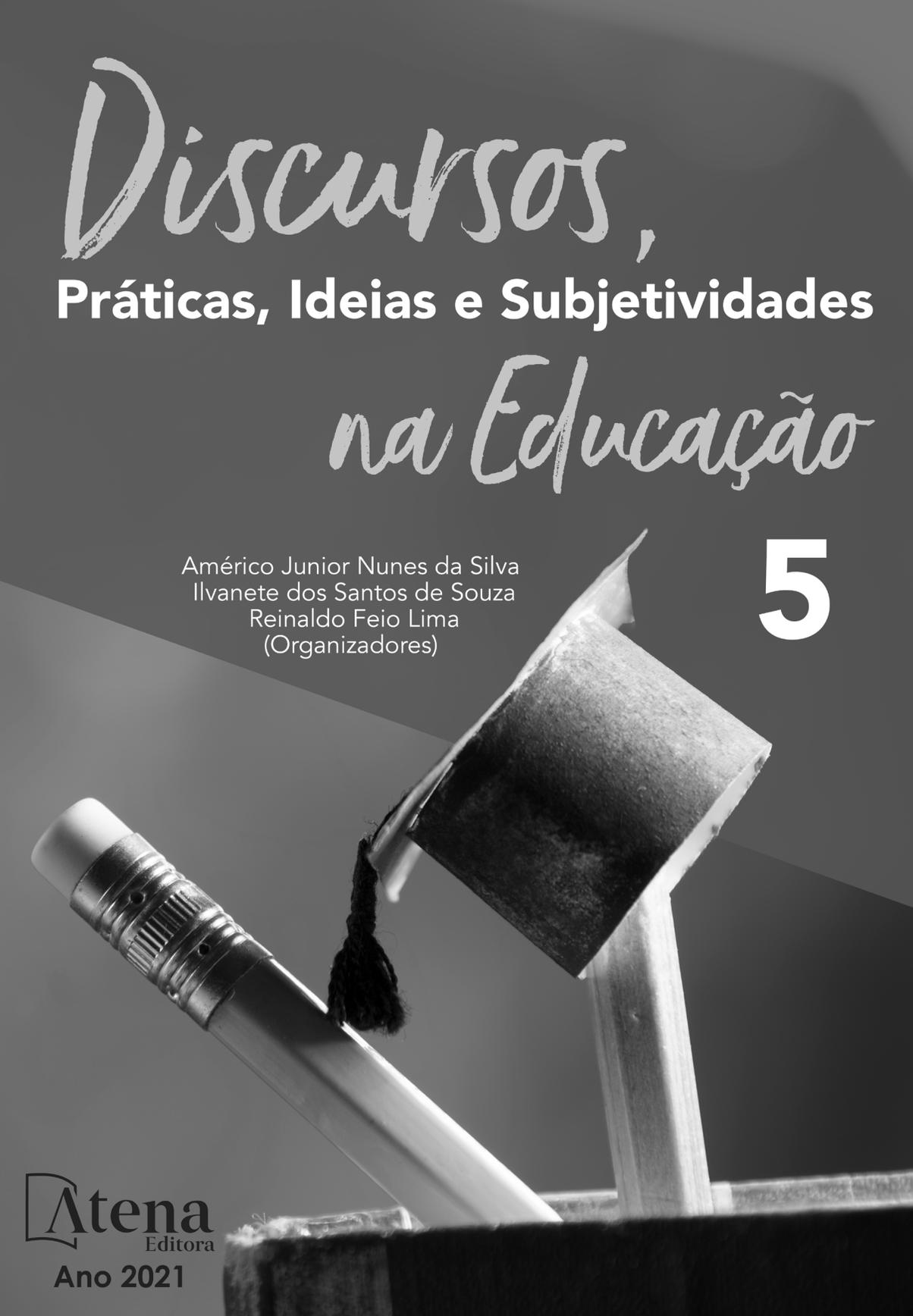
Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

5



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-027-5

DOI 10.22533/at.ed.275212804

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldade relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO SOBRE O DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL, EM PRAIA GRANDE (SÃO PAULO/SP, BRASIL)

Carlos Leonardo Borges da Silva

Mariangela Camba

DOI 10.22533/at.ed.2752128041

CAPÍTULO 2..... 13

ESCUELA SECUNDARIA TÉCNICA TLACHCO, UN ESTUDIO DE CASO DE COACHING EMPÍRICO

Jesús Librado Tapia Valladares

DOI 10.22533/at.ed.2752128042

CAPÍTULO 3..... 24

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EDUCACIONAL

Patrícia Fernanda da Silva

Iuri Lammel Marques

Liane Margarida Rockenbach Tarouco

Mirele de Oliveira Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.2752128043

CAPÍTULO 4..... 38

O CURSO DE LICENCIATURA BÁSICA INTERCULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O REGISTRO DOS CONHECIMENTOS DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Shyrley de Almeida Alves

Tainá Cunha de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.2752128044

CAPÍTULO 5..... 44

ENTRE AS SALAS DE AULA E O FOLCLORE: PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR GUILHERME SANTOS NEVES NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL (1934-1950)

Tatiana Borel

Regina Helena Silva Simões

DOI 10.22533/at.ed.2752128045

CAPÍTULO 6..... 58

PEDAGOGIA HOSPITALAR E A SUA IMPORTÂNCIA PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS

Bruna Constantino Cardoso Vieira

Cíntia Jacqueline Aranda Massuca

Thamires Maria Guimarães Alexandre

Ricardo Sant'Anna de Andrade

Tchiago Inague Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.2752128046

CAPÍTULO 7..... 66

TRADUÇÃO PARA A LIBRAS DAS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM FEIRAS LIVRES EM CASTANHAL-PA

Rafael Evangelista da Cruz

Suzana Mourão Gomes

Geovana Tavares Fagundes

Ivanilton Ferreira

Emilia do Socorro Conceicao de Lima Nunes

Luizete Cordovil Ferreira da Silva

Patrícia Ribeiro Maia

DOI 10.22533/at.ed.2752128047

CAPÍTULO 8..... 78

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR QUANTO A INSERÇÃO DO PADRÃO DE QUALIDADE NACIONAL EM UMA ESCOLA DE ENSINO MUNICIPAL

Sílvia Helena Fonseca dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2752128048

CAPÍTULO 9..... 85

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR EDUCADORES NO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Bruno Henrique Feitosa

Lucas Limeira Rodrigues

Fernanda Adriéli Trenkel

Léia Mendes Guedes

DOI 10.22533/at.ed.2752128049

CAPÍTULO 10..... 93

SOFTWARE EDUCACIONAL MODELLUS APLICADO AO ENSINO DE FÍSICA: UM ESTUDO DO MOVIMENTO HARMÔNICO SIMPLES

Joerbed dos Santos Gonçalves

Edson Firmino Viana de Carvalho

Karla Cristina Silva Sousa

DOI 10.22533/at.ed.27521280410

CAPÍTULO 11..... 105

O EDUCAR PELA PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS EGRESSOS ACERCA DO PROGRAMA CONECTANDO SABERES

Eliza Cristina de Oliveira

Jaison Vieira da Maia

DOI 10.22533/at.ed.27521280411

CAPÍTULO 12..... 114

INCLUSÃO ESCOLAR: INGRESSO DE UM ADOLESCENTE COM AUTISMO NO ENSINO

TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

Vânia da Silva Ferreira
Fabiana Regina da Silva Grossi
Carla da Silva Fiaes

DOI 10.22533/at.ed.27521280412

CAPÍTULO 13..... 153

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Débora Alves Feitosa
Odair Ledo Neves

DOI 10.22533/at.ed.27521280413

CAPÍTULO 14..... 165

SUBJETIVIDADE DOCENTE: OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE COMTE

Silvana Mendes Sabino Soares
Talita Almeida Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.27521280414

CAPÍTULO 15..... 174

METAMORFOSES DE SI: SUJEITOS INFANTIS E REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIAS

Jaqueline Madruga Flesch
Viviane Castro Camozzato

DOI 10.22533/at.ed.27521280415

CAPÍTULO 16..... 186

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: DIÁLOGOS E PERCEPÇÕES DOS EDUCANDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A COLETA SELETIVA

Veronica Nogueira do Nascimento
Antonia Micaelle de Alencar
Janete de Souza Bezerra
Sebastiana Micaela Amorim Lemos
Clara Edilsânia Nogueira da Silva
Rita Celiane Alves Feitosa
Lidiana de Souza Freire
Gécica Coelho do Nascimento Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.27521280416

CAPÍTULO 17..... 195

COMO ARTICULAR AS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E EMANCIPADORAS PROPOSTAS PELO SINASE COM A NATUREZA ANIQUILADORA DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL?

Rejane Matias Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.27521280417

CAPÍTULO 18..... 204

PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA SOBRE A NOVA

BNCC E A SUA IMPLANTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Júlia Luz Bohrer

Natalia Aparecida Soares

DOI 10.22533/at.ed.27521280418

CAPÍTULO 19..... 216

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PSICOPEDAGÓGICA: INSTRUMENTOS FACILITADORES

Maria Andressa Lima dos Santos Santana

Dennis Orion Pereira dos Santos

Bety Coutinho Souto Melo

DOI 10.22533/at.ed.27521280419

CAPÍTULO 20..... 221

REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM 2017: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA

Verônica Mendes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.27521280420

SOBRE OS ORGANIZADORES 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 235

CAPÍTULO 17

COMO ARTICULAR AS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E EMANCIPADORAS PROPOSTAS PELO SINASE COM A NATUREZA ANIQUILADORA DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL?

Data de aceite: 03/05/2021

Rejane Matias Gomes da Silva

Universidade de Brasília (UnB)

<http://lattes.cnpq.br/4948549389683972>

RESUMO: Iniciaremos nossas discussões em torno da pergunta que problematiza esse trabalho: como articular as diretrizes pedagógicas e emancipadoras propostas pelo Sinase com a natureza aniquiladora de uma instituição total¹? Será possível ou a natureza de uma instituição absolutista impede tal ação? Para tentar responder a essas indagações, foi realizado um trabalho de pesquisa bibliográfica sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), seu histórico, objetivos e princípios, como também, a análise de vários documentos oficiais e marcos legais que tratam da gestão desse programa. O descompasso entre as concepções filosóficas apresentadas pelo Sinase e a metodologia de trabalho necessária à manutenção de uma instituição caracterizada como total e absoluta (Goffman, 2015), às vezes, aniquila qualquer diálogo possível entre o que está garantido pela lei e o que realmente é executado em um Estabelecimento Educacional legitimado para promover o programa de ressocialização. Para essa discussão também foram alinhados

conceitos filosóficos de punição e prisão (Foucault, 2015) e de educação social (Antônio Carlos da Costa, 2006). Neste contexto, aponta-se uma proposta de novos modelos de gestão de pessoas e do sistema socioeducativo nas unidades. Migrando as concepções tradicionais de completude institucional para a incompletude intersetorial dos serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Sinase, Instituição total, programa de ressocialização.

HOW TO ARTICULATE PEDAGOGICAL AND EMANCIPATORY GUIDELINES PROPOSED BY THE SINASE WITH THE ANNIHILATOR NATURE OF A TOTAL INSTITUTION?

ABSTRACT: We are going to start our discussion around the query that questions this work: how to articulate pedagogical and emancipatory guidelines proposed by Sinase with the annihilator nature of a Total Institution². In an attempt to answer this and other inquires, it was accomplished a work of bibliographic research about the National System of Socio-educational Care (Sinase in Portuguese), as well as an analysis of several official files and legal milestones which concern about the socio-educational care system's management. The mismatch between philosophical conceptions presented by Sinase and the required methodology of work to the maintenance of an institution characterized as total and absolute

1 Instituição total pode ser definida como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. (Hoffman, 2015).

2 Total Institution can be defined as a place of residence and work where a great number of people with similar situation, apart from the broader society for a considerable period of time, which takes an enclosed life and formally administered. (Goffman, 2015).

(Goffman, 2015) occasionally annihilate any possible dialogue between what is guaranteed by the law and what is being executed in fact in an educational establishment instituted to promote the resocialization program. To this discussion, it was also lined up sociological concepts of punishment and prison (Foucault, 2015) and of social education (Antônio Carlos da Costa, 2006). In this context, it is pointed a proposal of new management models of the socio-educational system inside unities by migrating of traditional conceptions of institutional completeness to the acceptance of the intersectoral incompleteness of services.

KEYWORDS: Sinase, Total Institution, Resocialization program.

1 | INTRODUÇÃO

As unidades de internação de restrição e privação de liberdade apresentam características que as constituem enquanto *instituição total*, tendo em vista que a sua organização estabelece rotinas rígidas e obrigatórias que devem ser seguidas pelos internos sem questionamento. Todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local, em horários pré-estabelecido pela administração, sob uma rígida supervisão. Cada atividade diária é realizada na companhia de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma, sem, na maioria das vezes, ser identificadas pelo seu próprio nome. A desobediência ao modelo pode ser passível de punição com a restrição e até mesmo a retirada de direitos.

A excessiva segurança com rígidos critérios de aplicação de medidas disciplinares e adoção de regras de comportamento (filas indianas, mão para trás, posição “de sentido”, cabeça raspada, padronização do tipo e da cor permitidos para a vestimenta, o emprego de expressões de ordem como “atenção”, “silêncio”, “sim senhor”, “não senhor”) marcam o cotidiano da interação social entre os adolescentes e os socioeducadores, ratificando a hierarquia entre os membros da comunidade socioeducativa e potencializando o distanciamento entre suas relações sociais.

Tais ações intervencionistas e autoritárias limitam atitudes de reciprocidade, consentimento e respeito mútuo entre os indivíduos que dividem o mesmo espaço. Para uma intervenção educativa consoante com as concepções legais, a presença do adulto no mundo do jovem com dificuldades pessoais e sociais não deve ser como é corrente entre nós. Segundo Costa (2006), O adolescente espera dessa figura algo mais do que um serviço eficiente, em que as tarefas cotidianas são definidas e tecnicamente coordenadas. Ele espera que alguém possa auxiliá-lo em um processo longo e árduo de libertação no qual, na maioria das vezes, nem ele mesmo acredita.

Para Goffman (2015), os elementos nucleares das instituições totais apresentam uma articulação específica das dimensões de espaço e tempo. A instituição total surge como espaço – tempo da vida concentrada, constituindo assim um palco singular para a análise da condição humana. Nesse ambiente, existem regras de relacionamento e afetividade controladas, vocabulário próprio e, conseqüentemente um processo de enfraquecimento das relações sociais, tanto dos apreendidos quanto daqueles que estabelecem as normas.

Embora haja uma nova perspectiva e uma real tentativa de não permitir que estabelecimentos socioeducativos de restrição e privação de liberdade se tornem uma instituição total, o que se percebe na literatura e acompanhando relatos e vivências nestas unidades, é que pouco se avança para uma gestão de práticas menos absolutistas que se caracterizam pela segregação do indivíduo e ruptura com o meio cultural.

A rejeição categórica de práticas de confinamento e padronização que caracterizam as instituições totais é percebida em vários documentos oficiais, principalmente no que se refere aos objetivos que devem ser alcançados pelas ações socioeducativas, como a contribuição para a formação de um cidadão autônomo e solidário, capaz de relacionar-se melhor consigo mesmo, com o outro e com tudo que integra a sua circunstância sem reincidir na prática de atos infracionais (CONANDA, 2006).

No mesmo documento, encontram-se explicitado os norteadores da ação e gestão pedagógicas para serem seguidos pelas entidades e/programas de atendimento que executem a internação provisória e as medidas socioeducativas, alertando que o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão social (participação em diferentes programas e serviços sociais e políticos) devem ser priorizados, como também o acesso à formação de valores para a participação na vida em sociedade. A dimensão jurídico-sancionatória e a dimensão substancialmente ético-pedagógica são retomadas constantemente nos documentos de referência (ECA, 1990; CONANDA, 2006; Sinase, 2012), não deixando dúvidas sobre o caráter educativo preponderante da medida.

Segundo Costa (2016) o ranço histórico de rigor disciplinar, maus-tratos, violência física e psíquica perpassa a execução das medidas socioeducativas há muitos anos e são característicos de um modelo de gestão que não consegue ser efetivamente democrático e muito menos emancipador, perpetuando a segregação do indivíduo em relação ao mundo exterior.

O ato de castigar crianças e adolescentes como forma de “educar” era uma prática muito comum e plenamente aceitável no Brasil Colonial. De acordo com Romão (2016), a boa educação implicava castigos físicos, introduzidos no século XVI pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas que desconheciam o ato de bater e maltratar crianças. “A correção era vista como forma de amor. [...] Vícios e pecados, mesmo cometidos por pequeninos, deveriam ser combatidos com açoites e castigos”.

Quando a sansão ao jovem chega à privação da liberdade, percebe-se a proximidade com a prisão e com o reformatório, instituições criadas anteriormente para o atendimento de adultos. Segundo Foucault (2014), a “prisão castigo” está tão ligada com o próprio funcionamento da sociedade que relegou ao esquecimento todas as outras formas de punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado.

Embora os aparatos legais discorram sobre as diferenças metodológicas, técnicas, estruturais e sociais dos presídios e das instituições socioeducativas, as semelhanças são mais evidentes do que deveriam ser. Até o próprio socioeducando reconhece e refere-se à

unidade de internação como “cadeia” e não como um ambiente educativo.

No Brasil, lamentavelmente, muitos centros socioeducativos possuem características similares às unidades do sistema penitenciário. Ao longo dos anos, signatariamente, as instituições de privação de liberdade para adolescentes foram aderindo às práticas carcerárias. É possível que isso tenha ocorrido quando, posteriormente a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, se passou a negar o modelo existente de atendimento que estaria atrelado ao antigo Código de Menores. Quando a normativa promulgada trouxe princípios e diretrizes para fazer, mas não deu orientações sobre o como fazer, os profissionais mais experientes e os novos adaptaram outros modelos para delinear a prática. (Costa, 2016, p. 7)

Outro papel social importante dispensado à privação da liberdade, em ambos os casos, é que além de punir com a forma mais severa de distanciamento do convívio com seus pares, adquirir um caráter reformador da personalidade. Trata-se de um aparelho institucional do Estado para transformar àquele indivíduo que precisa adequar-se a uma vida civilizada (Foucault, 2015).

Foucault ainda destaca os inconvenientes, os perigos e, principalmente, a inutilidade das prisões, entretanto a sociedade não tem “o que pôr em seu lugar”, transformando-se em uma detestável solução da qual não se pode abrir mão. Quando trazemos essa discussão para a realidade da socioeducação, percebe-se que a mesma inutilidade dessa medida disciplinar se reflete nos altos índices de reincidência, mostrando-se pouco eficaz no que diz respeito a um dos seus principais objetivos “reduzir a propensão do jovem a praticar novamente ato infracional”.

Os dados apresentados pelo **Relatório da Infância e Juventude (2013)** – Resolução nº 67/20011 - revelam que há pelo menos quinze anos, não se assegura, na imensa maioria das unidades de internação, o tratamento individualizado indispensável à ressocialização do adolescente infrator. A superlotação nas unidades socioeducativas e a inadequação de suas instalações físicas, com condições insalubres e ausência de espaços físicos adequados para escolarização, lazer, profissionalização e saúde são inquestionáveis.

Para que haja o que Costa (2006) chamou de arejamento institucional, uma das primeiras ações consistiria em tornar a unidade socioeducativa responsável pela execução da medida de internação em uma instituição dependente dos serviços normais do mundo externo (saúde, educação, arte, qualificação, trabalho, cultura, recreação, entre outros) como forma de antecipação concreta da finalidade declarada da plena reinserção social do jovem educando.

Mesmo porque, quando analisamos dados sobre o espaço físico dos estabelecimentos, não se percebe nas unidades de internação a atenção devida na disponibilização de espaços para a prática de esportes, cultura e lazer dos internos. No Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul, em apenas 44%, 50%, 55% e 60% das unidades visitadas, respectivamente, verificou-se a existência desses importantes espaços. Apenas no Sudeste o índice sobe

positivamente para 85,3% das unidades inspecionadas. E mesmo tendo o espaço, não havia a garantia de que o mesmo estaria sendo utilizado para sua utilidade inicial. (Relatório da Infância e Juventude 2013).

A medida socioeducativa é marcada por uma visível e palpável tensão entre a sua concepção filosófica e sua execução prática. A teoria permeada por marcos legais, filosofias de liberdade, individualidade, integridade social do adolescente e, principalmente, garantias de direito é violentamente confrontada com uma realidade de padronização de ações, violência física e moral, instalações austeras com espaço físico inadequado para todas as atividades propostas, incluindo escolarização e a realização de práticas esportivas de lazer. Percebe-se um verdadeiro descompasso entre o que está garantido por lei e o que se apresenta para o jovem.

2 | SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

“Com o tempo desaparecerá o divórcio entre os ‘menoristas’ e os ‘estatutistas’. E os seus frutos não de aparecer”

(Caio Mário da Silva Pereira. In: Romão, 2016)

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - marca na doutrina jurídica o entendimento de que esse público merece uma atenção especial em resposta a sua condição de pessoa em desenvolvimento. A adoção dessa nova doutrina de proteção integral em substituição ao velho paradigma da situação irregular (Código de Menores – Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979) trouxe reflexões e questões filosóficas que se refletiram no trato com a questão da INFRAÇÃO e de seu AUTOR e, principalmente, se refletirão em políticas mais justas para o atendimento da criança e do adolescente em todas as esferas sociais.

Segundo Romão (2012) é possível identificar, nesse cenário, a ocorrência do processo de constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente, vindo a estruturar todo um sistema de garantias de direitos ordenadas pelos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos. Observa-se também um redesenho em estruturas já existentes, sobretudo àquelas ligadas à Administração da Justiça, O Ministério Público e a Defensoria Pública.

O adolescente que cometeu ato infracional passa a ser visto não como um delinquente (termo utilizado pelo Código de Menores, 1979) que merece ser detido e punido por ter infringido a lei, mas como um cidadão que deve sim ser responsabilizado pelos seus atos, porém, dentro de um sistema de garantias de direito. Nesta concepção, o objetivo vai muito além do caráter sancionatório e disciplinar.

Na introdução do documento organizado pelo Conanda³ (2006) que trata das

³ CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Órgão responsável por deliberar sobre políticas de atenção à infância e à adolescência.

diretrizes e aportes teóricos sistematizados para a composição do Sinase⁴, há a recuperação das memórias institucionais do movimento em direção à articulação que reuniu órgão do governo federal, magistrados, promotores da infância e juventude (operadores do sistema de garantias de direitos –SGD) para discutir, aprovar e estabelecer diretrizes para a prática pedagógica desenvolvida nas unidades socioeducativas. O respectivo documento, dentre outras providências, referenda a ideia dos alinhamentos conceituais estratégicos e operacionais estruturada em bases éticas e pedagógicas.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi instituído por meio da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Por estar inserido no sistema de garantias de direitos (SGD), tal sistema deve ser fonte de produção e manutenção de dados e informação que favoreça a construção de novas ações, sejam elas políticas, sociais e financeiras para a garantia de direitos de todos os adolescentes cuja vulnerabilidade e a exclusão social são companheiras cotidianas.

Este pacto social de enfrentamento de situações de violência que envolva adolescentes enquanto autores de ato infracional e/ou vítima de violação de direitos no cumprimento de medida socioeducativa reafirma sem precedentes a diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa, priorizando as medidas de em meio aberto em detrimento das restritivas de liberdade e promovendo uma ação socioeducativa sustentada pelos princípios dos Direitos Humanos.

A triste realidade como o sistema de ‘recuperação’ do adolescente se apresenta, ressalta que, embora já se tenha completado mais de vinte anos, a doutrina de proteção integral com absoluta prioridade, ainda permanece no plano teórico, jurídico e político-conceitual, não chegando efetivamente aos seus destinatários. (CONANDA, 2006).

3 | INSTITUIÇÃO TOTAL X EDUCAÇÃO SOCIAL⁵

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (CONANDA, 2006. p 52).

Conforme aponta Dayrell (2007), a juventude é uma construção histórica e social

4 SINASE - é o conjunto ordenado de princípios, regras critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. (CONANDA, 2006).

5 Educação Social é compreendida neste contexto com o propósito de preparar pessoas (crianças, adolescentes e adultos) para o convívio social pleno, buscando colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, seja como vítima ou como autores dessas práticas, além de se autopromoverem nos planos pessoal, social, produtivo e cultural. (Costa, 2006. In: Parâmetros para a formação do Socioeducador)

mediada pelas suas experiências e pelas relações que se vão constituindo em seu cotidiano. A socioeducação deveria se configurar como uma política de educação que para a vida em liberdade. Esse processo se efetivaria na medida em que o jovem fosse encaminhado aos bens e serviços públicos e apresentado aos seus direitos e deveres civis.

Em uma sociedade em que o *status* de cidadania não foi uma conquista universal, mas apenas um privilégio dos setores que foram sendo beneficiados pelo crescimento econômico pela industrialização, o contrato social se vulnerabiliza, de modo que convívio social é particularmente afetado (SINGER, 2003, apud Silva, 2012).

Costa (2006) ao denominar uma educação social de caráter socioeducativo acrescenta que esta se destina à preparação de adolescentes e jovens para o convívio social e para atuar como futuros profissionais, tendo a chance de não reincidir na prática de atos infracionais.

A concepção sociopedagógica da medida e à dinâmica institucional imposta pelas rotinas da instituição total apresentam-se um nó epistemológico, político e cultural difícil de desatar. Enquanto temos de um lado uma instituição com propriedades particulares de contensão, repressão e segregação social surge, para esse mesmo ambiente, um contrato que deve assegurar ao interno, dentre outros direitos e deveres, “ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento [...]” e, ainda:

III- prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;

VI- individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VII- mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;

IX- fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

(Sinase, 2012: Título II – da execução das medidas socioeducativas – Capítulo I (Disposições Gerais).

Ações de individualização do atendimento, respeito à sua personalidade e intimidade, mínima intervenção sobre processos culturais são atitudes incompatíveis com os recursos de uma instituição total.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] o fundamental, com a observância desses princípios, é evitar que a unidade [socioeducativa] se estruture com uma ‘instituição total’, voltada para si mesma, sem comunicação e cooperação com outras organizações, sem arejamento”. (Costa, 2006, p. 49).

Assim, se a gestão nas unidades for pautada principalmente em normas de conduta que visem tão somente à ordem, o controle e a participação mínima ou inexistente do jovem

com o mundo exterior, terá muita dificuldade em administrar as dimensões sociopedagógicas impressas nos marcos legais e os seus objetivos regulatórios.

Sabe-se que a dinâmica de segurança é um fator estruturante e indispensável no atendimento e como a maioria dos estabelecimentos sofrem, constantemente, com a falta de servidores, espaço físico precário e alojamentos com lotação acima do permitido, muitas vezes, fica inviável repensar e reorganizar a execução do programa tendo como perspectiva uma jornada pedagógica efetiva e eficaz.

Outro ponto de entendimento de paradigma de aperfeiçoamento do atendimento está relacionado à condição de incompletude institucional e profissional que se apresenta na instituição, compreendendo que as políticas sociais ligadas à saúde, à segurança, à profissionalização, à escolarização não são competência somente da unidade e sim de toda uma rede de apoio extramuros, que deve ser apresentada ao jovem para que este possa conhecer e usufruir dela quando não mais fizer parte ao programa socioeducativo.

Neste estudo, em nenhuma medida, há uma representação desfavorável à ação socioeducativa, principalmente por considera-la indispensável à responsabilização, à reparação e à desaprovação do delito cometido. Com base em dados estatísticos e análise de outros estudos sobre a mesma temática, entende-se que a medida de privação de liberdade tem-se mostrado muito onerosa ao Estado e pouco eficaz como forma de recuperação de vínculos sociais positivos. A soberania das características de instituição total desarticula as tentativas de sua constituição como um estabelecimento educacional.

Atualmente, os profissionais que desenvolvem esse tipo de atendimento estão gradativamente tendo acesso a políticas de formação continuada que priorizam discussões e orientações para que efetivamente o ECA seja cumprido e o Sinase otimizado como um sistema de garantia de direitos. Mas, precisa-se avançar mais, provocando movimentos de qualificação das medidas socioeducativas *in loco*, optando por estratégias operacionais que qualifiquem o atendimento interdisciplinar e intersetorial de forma que haja o reconhecimento de que “os sistemas de privação de liberdade serão tanto mais eficientes quanto menos fechados forem”⁶.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: CONANDA.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF, 18/01/2012.

6 Volpi, 2001.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Relatório da Resolução nº 67/2011. Brasília: CNMP.

COSTA, A. C. G. da. Natureza e essência da ação socioeducativa. In: ILANUD; ABMP; UNFPA (orgs). Justiça, adolescente e ato infracional: Socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD. P. 449-467, 2006.

COSTA, R. P. da. Gestão e formação de Pessoas no atendimento socioeducativo. In: Escola Nacional de Socioeducação (ENS). Curso Básico- Eixo V, 2016.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O. *et al.* Juventude e contemporaneidade. Brasília: UNESCO, 2007.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir – nascimento da prisão. 42 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ROMÃO, L. F. de F. A constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Almedina, 2016.

SILVA, S. C. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. In: Revista Serviço Social, V. 14, N 2, p. 96-118. Londrina – Paraná, 2012.

VOLPI, M. Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na perspectiva do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação 3, 58, 75, 116, 124, 126, 130, 136, 211

Adolescência 114, 116, 119, 140, 143, 144, 199

Agricultura 66, 68

Aplicativos educacionais 24, 25, 26, 30, 32, 34, 35

App inventor 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Aprendizagem 9, 1, 2, 3, 4, 10, 11, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 58, 59, 60, 63, 64, 75, 85, 87, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 145, 147, 148, 156, 157, 162, 177, 204, 205, 209, 210, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 234

Autismo 114, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 129, 130, 132, 135, 136, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Avaliação diagnóstica 216, 217, 218, 219

B

Biologia 89, 90, 123, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214

C

Coleta seletiva 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

Conectando saberes 105, 106, 107, 108, 112

D

Desafios no ensino médio 204

Dialogismo 221, 222, 226

Dificuldades 59, 60, 85, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 112, 115, 116, 118, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 136, 143, 149, 150, 151, 165, 172, 193, 196, 204, 210, 217, 218, 219

Documentação 38, 47

E

Educação 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 49, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 119, 120, 123, 124, 126, 132, 135, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

Educação ambiental 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 215

Educação brasileira 165, 166, 167, 171, 172
Educação científica 105, 106, 109, 111
Educação de qualidade 78, 83, 147, 230
Educação do campo 75, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 163, 164
Educar pela pesquisa 105, 106, 107, 112, 113
Ensino de física 93, 103
Ensino fundamental II 186, 187, 189, 190

F

Feira 66, 67, 68, 69, 72, 167
Folclore 44, 45, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Formação de professores 9, 24, 25, 28, 39, 135, 146, 148, 171, 173, 208, 233, 234
Formação docente 148, 165, 166, 171, 172

G

Gênero discursivo 221, 222, 224
Gestão democrática 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 158, 207
Gestão escolar 40, 41, 42, 78, 79, 80, 81, 84, 233

I

Inclusão digital 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10
Inclusão escolar 77, 114, 116, 120, 121, 123, 124, 127, 130, 131, 132, 135, 136, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151
Infâncias 174, 175, 179, 180, 182, 183, 184, 185
Instituição total 195, 196, 197, 200, 201, 202
Instrumentos 41, 96, 111, 114, 122, 130, 134, 136, 216, 217, 219
Investigação 24, 28, 35, 93, 96, 98, 103, 107, 121, 159, 179, 216, 217, 218, 233

L

Licenciatura intercultural 38, 39, 42, 43
Linguagem 24, 28, 29, 35, 40, 47, 53, 54, 66, 67, 68, 76, 101, 102, 117, 122, 126, 140, 149, 222, 223

M

Mudanças curriculares 204

O

Oscilador harmônico 93

P

Paciente 58, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 218

Pedagogia hospitalar 58, 59, 62, 63, 64, 65

Perspectivas docentes 204

Plano municipal de educação 11, 78, 79, 81, 84, 153, 154, 160, 163, 164

Políticas públicas 1, 2, 3, 10, 39, 43, 79, 81, 107, 153, 154, 158, 159, 163, 164, 187, 207

Pós-modernidade 174, 175, 176, 178, 180, 184, 214

Povos indígenas 38, 39, 40, 43

Práticas pedagógicas 44, 56, 85, 87, 88, 90, 91, 117, 126, 129, 135, 179

Produção textual 110, 221, 222, 225, 231, 232

Programa de ressocialização 195

S

Scratch 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Sequência de ensino investigativa 93, 96, 97

Sinase 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202

Software educacional modellus 93

Subjetividade 9, 118, 165, 166, 167, 168, 172, 174, 184, 217

Sujeitos infantis 174, 175, 178, 179, 180, 181, 183, 184

Surdo 66

T

Trabalho de conclusão de curso 38, 105, 107

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

5

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021